

## Contribuição da Auditoria Cidadã da Dívida à CNESF

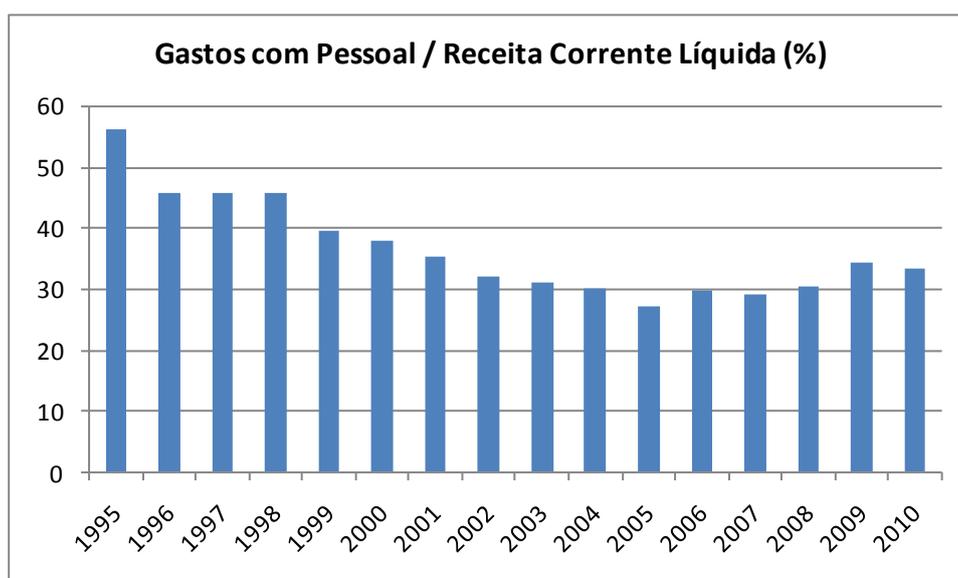
A CNESF – Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais – solicitou à Auditoria Cidadã da Dívida pesquisa sobre séries históricas acerca dos gastos com servidores federais, em comparação às receitas da União, ao PIB, e aos gastos com a dívida pública.

A fim de subsidiar a luta em defesa dos direitos dos servidores públicos, elaboramos os gráficos a seguir, todos baseados em dados oficiais publicados pelo Governo Federal, conforme Tabela incluída ao final do presente documento.

### I – GASTOS COM PESSOAL COMPARATIVAMENTE À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Em primeiro lugar, cabe mostrar que o gasto com pessoal – inclusive inativos e pensionistas - caiu fortemente desde 1995, quando comparado à Receita Corrente Líquida da União.

Em 1995, os gastos com pessoal representavam mais da metade (56%) da Receita Corrente Líquida, e em 2010 estavam em apenas 33%. Ou seja: ao contrário do que alega o governo e a grande imprensa, houve uma grande perda da participação dos servidores públicos, comparativamente às demais despesas do orçamento.

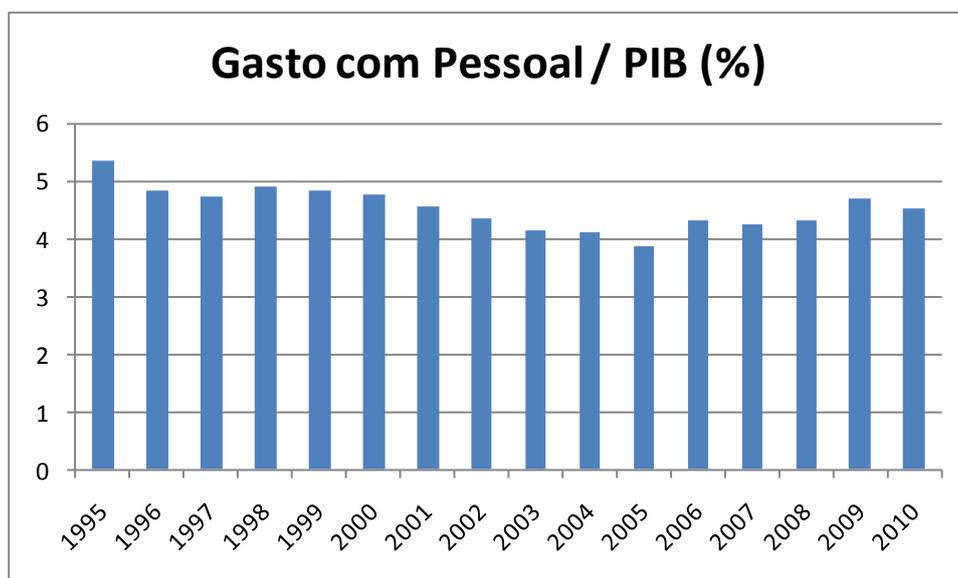


## II – GASTOS COM PESSOAL COMPARATIVAMENTE AO PIB

A queda da participação dos gastos com pessoal também se verifica na comparação com o PIB, conforme gráfico seguinte, que explicita a variação de 5,36% do PIB em 1995 para apenas 4,53% em 2010.

Tal comparação com o PIB é importante, pois denuncia o crescimento da demanda por serviços públicos que não vem sendo acompanhada pelo aparato público. O aumento da atividade econômica evidenciado pelo crescimento do PIB exige crescimento da administração tributária e trabalhista, requer mais serviços de saúde, educação, controles, segurança, dentre muitos outros serviços públicos.

Sem o devido compasso entre essas variáveis, o próprio crescimento econômico pode restar prejudicado por falta de qualificação profissional de trabalhadores (se o investimento em educação não for suficiente e adequado), por exemplo.

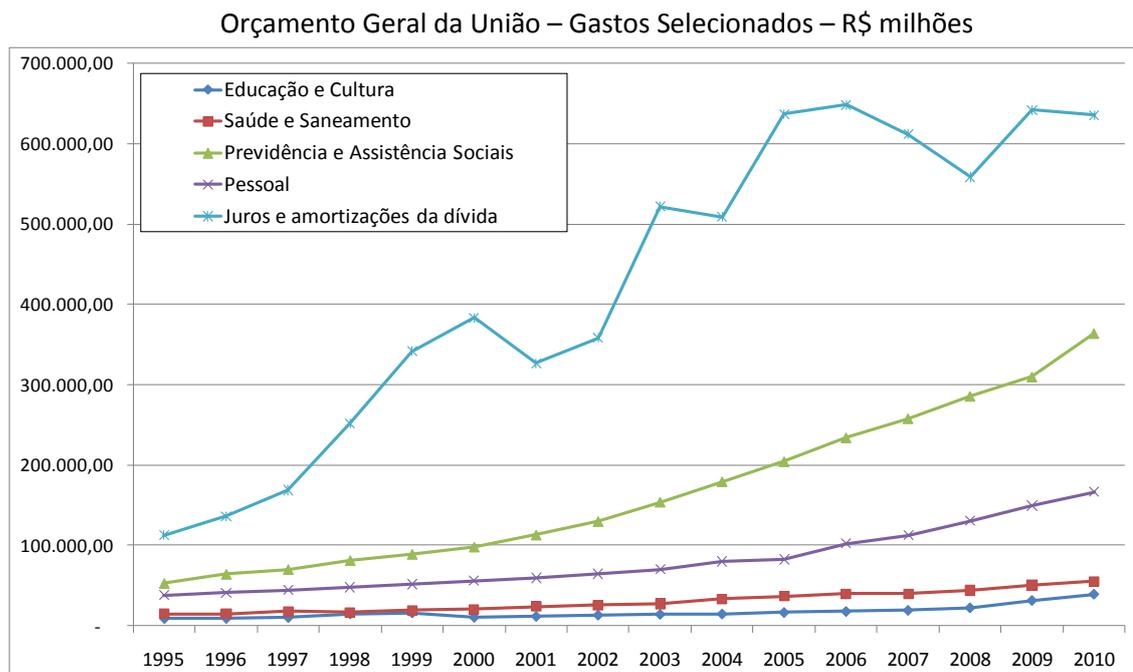


Depreende-se que também nesse caso, e ao contrário do que alega o governo e a grande imprensa, houve uma grande perda da participação dos servidores públicos em relação ao PIB, ou seja, na distribuição da riqueza nacional, a parcela destinada aos servidores públicos em 2010 é inferior à que lhes era dada em 1995.

Considerando que o governo e a grande mídia costumam se referir ao gasto com a dívida pública e ao tamanho do “superávit primário” em comparação ao PIB, é plenamente justificável que as entidades representativas dos servidores públicos utilizem essa medida comparativa para expressar o encolhimento dos gastos com pessoal em relação ao PIB.

### III – GASTOS COM PESSOAL COMPARATIVAMENTE AOS GASTOS COM A DÍVIDA PÚBLICA

O gasto com a dívida pública tem superado, anualmente, várias vezes os gastos com servidores públicos, conforme evidencia o gráfico seguinte.



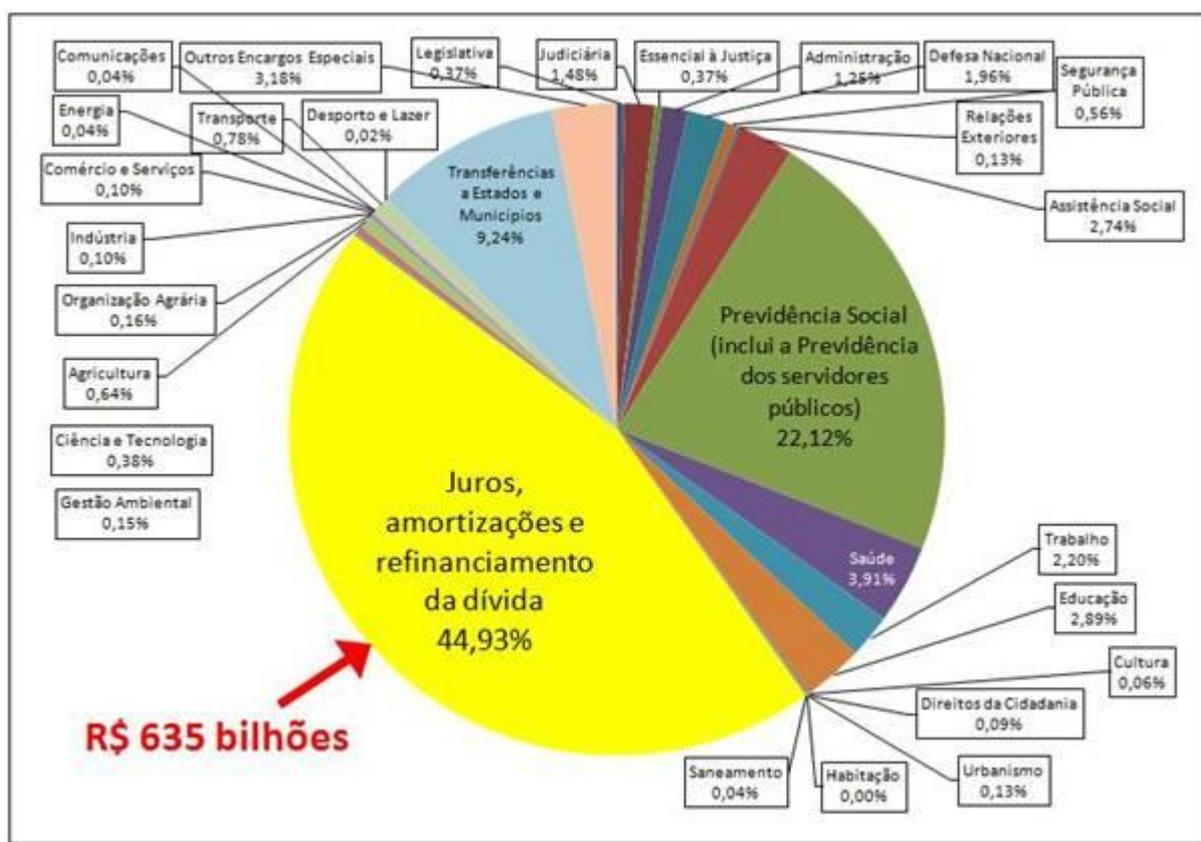
Em 2010, por exemplo, a dívida pública consumiu R\$ 635 bilhões, ou seja, quase 4 vezes mais que os R\$ 167 bilhões gastos com os servidores federais, conforme dados da Tabela inserida ao final do presente documento. Essa comparação denuncia, mais uma vez, que a responsável pelo ROMBO das contas públicas é a Dívida Pública, e não os servidores ou a Previdência Social, como costumam acusar setores do governo e grande mídia. O mais grave é que a dívida pública brasileira não tem funcionado como um instrumento de financiamento do Estado, mas tem crescido em função de mecanismos financeiros que se prestam a transferir recursos públicos principalmente para o setor financeiro privado, conforme estudos disponíveis em nossa página [www.divida-auditoriacidada.org.br](http://www.divida-auditoriacidada.org.br)

Os gastos com a dívida pública indicados na Tabela anexa incluem juros e todas as amortizações da dívida, inclusive as que são consideradas pelo governo como "refinanciamento", por se tratar de pagamento de amortizações com recursos obtidos com a emissão de novos títulos - a chamada "rolagem" da dívida. Apesar de muitos analistas desprezarem essa fatia dos gastos com a dívida (alegando que se trataria apenas de "troca de títulos velhos por novos"), as recentes investigações da CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados comprovaram que a cada vencimento de títulos o Tesouro Nacional é obrigado a leiloar novos títulos, inexistindo essa mera troca. Adicionalmente, os trabalhos técnicos realizados

durante a CPI comprovaram que parte dos juros da dívida tem sido classificada como se fosse amortização, isto é, o valor dos juros indicados pelo Tesouro Nacional compreende apenas a parcela que supera a inflação, denominada "juros reais", enquanto a outra parcela – correspondente à atualização monetária – tem sido contabilizada como se fosse amortização, ou até mesmo na "rolagem".

O Ministério da Fazenda e o Banco Central, questionados pela CPI, não informaram o montante de juros nominais efetivamente pagos pelo Tesouro. Considerando que as investigações demonstraram que parte dos juros são considerados como amortização, passamos a incluir também o chamado “refinanciamento” nos gastos com a dívida, que consome quase a metade dos recursos orçamentários, conforme gráfico seguinte.

**Orçamento Geral da União – 2010 – Por função – Total = R\$ 1,414 trilhão**



Fonte: SIAFI - Banco de Dados Access p/ download (execução do Orçamento da União) – Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2010mdb.EXE>. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

O evidente privilégio dos gastos com a dívida pública, a falta de transparência e até inconsistências de dados, bem como indícios de ilegalidades e ilegitimidades comprovados durante os trabalhos da CPI da Dívida, são aspectos que reforçam a necessidade de continuarmos lutando pela



realização da Auditoria da Dívida e pelo respeito ao Princípio da Transparência, com amplo acesso aos dados.

#### **IV - IMPACTO DE REAJUSTE EMERGENCIAL CALCULADO EM BASE À VARIAÇÃO DO ÍNDICE IPCA (ÚLTIMOS 12 MESES) MAIS A VARIAÇÃO REAL DO PIB**

Considerando que o IPCA de julho de 2010 a junho de 2011 apresentou variação de 6,71%, e o PIB de 2010 cresceu 7,49% em termos reais, o índice de reajuste emergencial calculado com base nesses indicadores deveria ser de 14,2%<sup>1</sup>.

Tendo em vista que a previsão para gastos com pessoal em 2011 é de R\$ 179,5 bilhões<sup>2</sup>, o impacto estimado para o mencionado reajuste emergencial – se estendido a todas as carreiras, poderes, ativos, inativos e pensionistas - seria de R\$ 25,5 bilhões em 12 meses. Tal valor representa o gasto de apenas duas semanas com a dívida pública federal.

Cabe ressaltar que os servidores públicos estão correndo risco de encolhimento real de seus vencimentos, tendo em vista que, na prática, o governo federal já está implementando regras ainda mais drásticas que as previstas no Projeto de Lei Complementar nº 549/2009, que propõe limitar o aumento anual da folha ao IPCA mais 2,5%. Tal assertiva se comprova pelos dados, pois a previsão para 2011 é de R\$ 179,5 bilhões, apenas 7,7% superior ao gasto com pessoal em 2010 (que foi de R\$ 166,6 bilhões), sendo que pelas regras do PL-549 seria possível um reajuste de 8,4%<sup>3</sup>.

Tais dados comprovam a importância da luta dos trabalhadores do setor público pelo reajuste emergencial, com a qual nos solidarizamos, colocando-nos à disposição da CNESF e movimentos sociais.

Brasília, 8 de julho de 2011

Rodrigo Ávila

Economista da Auditoria Cidadã da Dívida

Maria Lucia Fattorelli

Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida

---

<sup>1</sup> Fontes: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

<sup>2</sup> Conforme página 19 do documento “RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS - 1º Quadrimestre de 2011, disponível em:

[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/lei\\_responsabilidade/metas\\_fiscais/rel\\_lquadr\\_2011.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/lei_responsabilidade/metas_fiscais/rel_lquadr_2011.pdf)

<sup>3</sup> A variação do IPCA em 2010 foi de 5,91% e, somado a 2,5% previsto no PL-549 totaliza 8,4%



**TABELA ANEXA AO DOCUMENTO: CONTRIBUIÇÃO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA À CNESF**  
**Gastos com Pessoal, Receita Corrente Líquida e Gastos com a Dívida, 1995-2010 (R\$ milhões)**

ANO	GASTO COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	GASTOS COM A DÍVIDA	PIB	Pessoal / RCL (%)	Pessoal / Dívida (%)	Pessoal / PIB (%)
1995	37.825,50	67.298,10	112.638,84	705.640,89	56,21	33,58	5,36
1996	40.900,90	89.352,70	136.277,27	843.965,63	45,77	30,01	4,85
1997	44.529,70	97.040,60	168.872,30	939.146,62	45,89	26,37	4,74
1998	47.944,80	104.491,40	251.963,41	979.275,75	45,88	19,03	4,90
1999	51.571,00	129.854,40	341.778,90	1.064.999,71	39,71	15,09	4,84
2000	56.093,30	148.201,50	383.042,47	1.179.482,00	37,85	14,64	4,76
2001	59.212,20	167.650,50	326.583,98	1.302.136,00	35,32	18,13	4,55
2002	64.415,90	200.697,80	358.539,35	1.477.822,00	32,10	17,97	4,36
2003	70.213,90	224.920,20	521.631,27	1.699.948,00	31,22	13,46	4,13
2004	79.959,90	265.798,00	508.967,17	1.941.498,00	30,08	15,71	4,12
2005	82.761,60	303.015,80	636.682,78	2.147.239,00	27,31	13,00	3,85
2006	102.496,70	344.731,40	648.382,41	2.369.484,00	29,73	15,81	4,33
2007	112.596,00	386.763,00	611.643,15	2.661.344,00	29,11	18,41	4,23
2008	130.636,90	428.563,30	558.827,41	3.031.864,00	30,48	23,38	4,31
2009	149.648,80	437.199,40	641.910,54	3.185.125,37	34,23	23,31	4,70
2010	166.590,50	499.866,60	635.355,48	3.674.964,38	33,33	26,22	4,53
TOTAL	1.297.397,60	3.895.444,70	6.843.096,71	29.203.935,35	33,31	18,96	4,44
Média FHC	402.493,30	1.004.587,00	2.079.696,51	8.492.468,60	40,07	19,35	4,74
Média Lula	894.904,30	2.890.857,70	4.763.400,20	20.711.466,75	30,96	18,79	4,32

Fontes: Boletim Estatístico de Pessoal (pág 28), Tesouro Nacional e Ipeadata, disponíveis em:

[http://www.servidor.gov.br/publicacao/boletim\\_estatistico/bol\\_estatistico\\_11/Bol180\\_Abr2011.pdf](http://www.servidor.gov.br/publicacao/boletim_estatistico/bol_estatistico_11/Bol180_Abr2011.pdf)

[http://www.stn.fazenda.gov.br/contabilidade\\_governamental/execucao\\_orcamentaria\\_do\\_GF/Despesa\\_Grupo.xls](http://www.stn.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/execucao_orcamentaria_do_GF/Despesa_Grupo.xls)

<http://www.ipeadata.gov.br>

Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida

SAS, Quadra 5, Lote 7, Bloco N, 1º andar – Brasília – DF – Cep – 70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil  
 Telefone (61) 2193-9731 – (61) 8147-1196 - E-mail [auditoriacidada@terra.com.br](mailto:auditoriacidada@terra.com.br) – [www.divida-auditoriacidada.org.br](http://www.divida-auditoriacidada.org.br)